

Profissão Contábil: Análise E Reflexões Acerca Do Perfil Dos Profissionais Da Contabilidade Registrados Junto Aos Conselhos Regionais De Contabilidade No Brasil

Thiago Vinícius Silva De Medeiros¹, Ana Paula Pereira Repolho²,
Nívely Simukaua Prado³, Juliano Milton Kruger⁴

^{1 2 3}(Estudantes De Contabilidade Da Escola Superior De Ciências Sociais / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

⁴(Professor Adjunto Da Escola Superior De Ciências Sociais / Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)

Resumo:

Este estudo tem como tema central a profissão contábil, com foco na análise e reflexões sobre o perfil dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) do Brasil. A pesquisa busca responder à pergunta: "Qual é o perfil dos profissionais da contabilidade registrados junto aos CRCs no Brasil?". O objetivo geral foi analisar e refletir sobre esse perfil, considerando variáveis como o tipo de profissional (contador ou técnico), gênero, distribuição regional e tipos de organização contábil. A metodologia adotada segue a classificação proposta por Kruger [19] e caracteriza-se como uma pesquisa exploratório-descritiva. Esta abordagem é adequada para investigar e descrever o perfil dos profissionais da contabilidade registrados nos CRCs, proporcionando uma compreensão detalhada e abrangente do tema. O estudo utiliza uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Os resultados do estudo revelam uma concentração significativa de profissionais em centros econômicos como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, evidenciando a desigualdade regional. Em contrapartida, estados como Roraima, Acre e Amapá apresentam baixa representatividade tanto de profissionais quanto de organizações contábeis. Além disso, foi observada uma predominância de profissionais do sexo masculino na profissão, embora essa diferença não seja significativa. Essas disparidades indicam a necessidade de políticas direcionadas que incentivem o desenvolvimento econômico e a capacitação profissional nas regiões menos representadas.

Palavras-chave: Profissão contábil; Perfil; CRCs; Registro; Brasil.

Date of Submission: 28-12-2024

Date of Acceptance: 08-01-2025

I. Introdução

A contabilidade desempenha um papel crucial na economia moderna, oferecendo informações indispensáveis para a tomada de decisões em diversas esferas, desde empresas até órgãos governamentais. No Brasil, a profissão é regulamentada e fiscalizada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), que registram e supervisionam a atuação dos contadores e técnicos em contabilidade. Com a evolução constante do mercado e as transformações sociais, torna-se imperativo compreender o perfil dos profissionais da contabilidade no país, explorando aspectos como o tipo de profissional, gênero, distribuição regional e organizações contábeis.

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte pergunta: qual é o perfil dos profissionais da contabilidade registrados junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade no Brasil? A resposta a essa questão é fundamental para entender as dinâmicas do mercado contábil e as possíveis lacunas que precisam ser abordadas para promover um desenvolvimento equilibrado e inclusivo da profissão.

O objetivo geral deste estudo foi analisar e refletir sobre o perfil dos profissionais da contabilidade registrados junto aos CRCs no Brasil, considerando o tipo de profissional (contador ou técnico), gênero, distribuição regional e tipos de organizações contábeis. Essa análise permite identificar tendências e disparidades, proporcionando *insights* valiosos para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais.

Para atingir esse objetivo geral, foram delineados alguns objetivos específicos: identificar a distribuição dos profissionais da contabilidade entre contadores e técnicos nos CRCs do Brasil; analisar a distribuição de gênero entre os profissionais registrados; verificar a distribuição regional e compreender a distribuição de organizações contábeis por região, considerando diferentes formas jurídicas, como sociedades, empresários individuais, sociedades limitadas unipessoais (SLU) e microempreendedores individuais (MEI). O mapeamento da quantidade de profissionais por região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) ajuda a identificar possíveis disparidades regionais na distribuição dos profissionais da contabilidade, o que é essencial para direcionar esforços de capacitação e desenvolvimento profissional de maneira mais equilibrada. Essa análise

dos tipos societários fornece um panorama mais abrangente da estrutura contábil no Brasil e suas variações regionais.

Com base nos dados quantitativos obtidos, o estudo realizou reflexões sobre as implicações dessas distribuições para a profissão contábil no Brasil. Além disso, foram analisadas as consequências dessas distribuições para o mercado de trabalho contábil e para a formação acadêmica e profissional. Compreender essas consequências é fundamental para adaptar currículos educacionais e programas de capacitação às necessidades reais do mercado, garantindo a formação de profissionais qualificados e preparados para os desafios contemporâneos.

A análise do perfil dos profissionais da contabilidade registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade no Brasil é de extrema importância por diversas razões. Entender a distribuição de contadores e técnicos auxilia no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas e empresariais. Conhecer a proporção e a localização desses profissionais ajuda a identificar áreas com excesso ou carência de profissionais, permitindo ajustes estratégicos no mercado de trabalho contábil.

A análise da distribuição de gênero entre os profissionais da contabilidade oferece uma visão sobre a representatividade feminina na profissão. Essa compreensão é crucial para promover a igualdade de oportunidades e combater possíveis preconceitos ou barreiras que ainda possam existir no campo contábil.

Além disso, avaliar a distribuição regional dos profissionais contribui para identificar disparidades e direcionar investimentos em educação e capacitação nas regiões que mais necessitam. Regiões com menor número de profissionais registrados podem precisar de maiores iniciativas de formação, bem como programas de incentivo ao ingresso na profissão.

Refletir sobre os dados coletados permite identificar tendências e mudanças na demanda por diferentes tipos de profissionais. Isso pode orientar instituições de ensino e programas de formação continuada a adaptar seus currículos e métodos de ensino às necessidades do mercado, aprimorando a formação profissional.

Os Conselhos Regionais de Contabilidade podem utilizar os resultados deste estudo para aprimorar suas estratégias de atuação, promovendo ações mais direcionadas e eficazes para o desenvolvimento da profissão. Isso inclui campanhas de valorização profissional, programas de capacitação e melhorias na fiscalização e regulamentação da atividade contábil.

Os dados gerados por este estudo podem subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a área contábil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. Políticas bem-informadas podem melhorar a qualidade dos serviços contábeis oferecidos à sociedade, fortalecendo a transparência e a eficiência das empresas e órgãos públicos.

Ainda, este estudo agrega valor ao campo acadêmico, oferecendo uma base empírica para futuras pesquisas e debates sobre a profissão contábil no Brasil. Ele pode servir como referência para estudos comparativos, análises longitudinais e investigações sobre a evolução da contabilidade no país.

II. A Ciência Contábil

A contabilidade é uma ciência social aplicada que visa fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas e financeiras. Envolve o registro, classificação e síntese das transações financeiras de uma entidade. Segundo Iudícibus [18], a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.

A contabilidade tem origem na antiguidade, encontrada em registros de civilizações antigas como os sumérios e os egípcios. O desenvolvimento mais significativo ocorreu na Itália durante o Renascimento, com a publicação do tratado de Luca Pacioli em 1494, considerado o pai da contabilidade moderna, segundo os autores Hendriksen e Van Breda [16]. “O trabalho de Pacioli consolidou os princípios da dupla entrada, que são a base da contabilidade até hoje” (p. 38) [16].

O objeto de estudo contábil são os fenômenos patrimoniais de uma entidade, ou seja, as variações que ocorrem no patrimônio das organizações. Segundo Marion [24], o objeto da contabilidade são os ativos das entidades, sendo analisados sob a perspectiva econômica, financeira e física.

Os pressupostos contábeis são regras que orientam a prática contábil. Dentre eles, destacam-se os pressupostos da entidade, da continuidade, da oportunidade, do registro pelo valor original, da competência e da prudência [18]. As normas internacionais, como as do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), visam harmonizar as práticas contábilísticas ao nível global, aumentando a comparabilidade e a transparência das informações financeiras [15]. A contabilidade é vital para as organizações porque fornece informações essenciais para a gestão e a tomada de decisões. Iudícibus [18] afirma que a contabilidade permite aos gestores avaliar o desempenho econômico e financeiro da empresa, além de planejar e controlar suas operações.

Entre as técnicas e instrumentos contábeis destacam-se os lançamentos contábeis, conciliações contábeis, demonstrações financeiras, análises de balanços e relatórios contábeis. O uso adequado dessas técnicas e instrumentos é fundamental para a exatidão e integridade das informações contábeis [24]. A contabilidade gerencial, por sua vez, concentra-se em fornecer informações para uso interno da administração, enquanto a

contabilidade financeira se destina a usuários externos, como investidores e credores. “A contabilidade gerencial é uma ferramenta estratégica para a tomada de decisões internas, enquanto a contabilidade financeira é crucial para a transparência e a confiança no mercado” (p. 7) [17].

As perspectivas futuras para a contabilidade incluem a crescente automatização dos processos contábilísticos, a integração de tecnologias como a inteligência artificial e a *blockchain*, e uma maior ênfase na sustentabilidade e na responsabilidade social. Conforme conceitua Warren et al. [32], a contabilidade tende a evoluir com o tempo, desempenhando um papel analítico e consultivo, juntamente com o avanço tecnológico.

III. A Contabilidade No Brasil

A prática da contabilidade tem uma longa história, inicialmente desempenhando um papel mais rudimentar como um método básico de registro, visando manter um controle mínimo das atividades econômicas realizadas.

Ela se faz presente no Brasil desde o seu descobrimento, pois, como relata Lopes de Sá [29], “era uso e costume as expedições marítimas possuírem na tripulação um profissional da escrita, a de Cabral trouxe quem seria o primeiro contador estrangeiro a aportar em terras brasileiras e que foi Pero Vaz de Caminha” (p. 20).

Por suas riquezas naturais, Portugal via o território brasileiro apenas como uma fonte de exploração para eles. Foi só então, com as ameaças de invasões ao país, que Portugal decide enviar a família real ao Brasil para ter maior segurança de seu então domínio.

A história da Contabilidade no Brasil começa a partir da época colonial e se torna mais importante e visada com a chegada da família real em território brasileiro, representada pela necessidade de controle do patrimônio. É de suma importância entender o histórico da contabilidade e seu desenvolvimento até os dias atuais.

Em 1770 ocorreu a regulamentação da profissão contábil no Brasil, emitida por Dom José, rei de Portugal, que nomeou os profissionais contábeis como “guarda-livros” e criou o registro profissional contábil [10].

Com a chegada da família real ao Brasil, foi implantada a “Aula de Comércio da Corte”, que foi inspirada na escola portuguesa de mesmo nome. Onde iniciou-se o ensino contábil no país, para a formação em práticas contábeis e mercantis. As aulas foram citadas em 1808, através do decreto do Príncipe Regente D. João VI e somente foram oficializadas pelo Alvará de 15 de julho de 1809 [1].

Em 1808 foi criado o Erário Régio, também chamado de Real Erário, pelo Decreto de 11 de março de 1808 [11], destacando que a partir de então deveria ser utilizado o Método das Partidas Dobradas nas escriturações contábeis, sendo obrigado a sua utilização nas contas públicas também. O método de partidas dobradas exigia uma descrição minuciosa das receitas e despesas, com os livros contábeis registrando as entradas de dinheiro no lado esquerdo e as saídas no lado direito, permitindo o acompanhamento diário dos saldos. Além disso, foram introduzidos novos tipos de registros, como a folha de caixa (diários), os balancetes (livros mestres) e os movimentos de receita e despesa (livros auxiliares) [24]. Esse foi um marco importante pois trouxe uma base de registro mais precisa e sistemática para a contabilidade.

Após quarenta e dois anos da criação do Erário Régio, em 1850, foi promulgado o Código Comercial Brasileiro [20], que regulamentou as atividades comerciais e a profissão de comerciante. O código exigiu que as empresas mantivessem os registros contábeis, o que impulsionou mais a profissionalização contábil e a criação de escritórios contábeis.

Com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), instituídos a partir da publicação do Decreto-Lei n° 9.295, de 27 de maio de 1946 [13], a profissão ganhou um regulamento próprio e coube ao CFC regularizar as atividades dos conselhos regionais, com o objetivo de manter a unidade da estrutura federativa.

Entre os anos 2008 e 2010 o Brasil adota, gradativamente, as Normas Internacionais de Contabilidade a partir da Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007 [22]. Essa transição foi um marco importante para a contabilidade, trazendo mais confiabilidade nas informações contábeis, ajustando a contabilidade brasileira aos padrões globais e melhorando a comparabilidade nas informações contábeis.

Juntamente com a adoção das Normas Internacionais vieram alguns desafios nos meios contábeis. O IFRS trouxe mudanças em áreas como reconhecimento de receitas mediante CPC 30 [6], ativos intangíveis mediante CPC 04 [5], instrumentos financeiros e arrendamentos, o que levou as empresas a reverem suas políticas de contábeis e adaptar seus sistemas de informação. E os profissionais contábeis enfrentaram o desafio de se atualizar e compreender as novas normas.

IV. A Profissão Contábil No Brasil

A presença da contabilidade é visível desde a colonização do Brasil; em 1549 são criados os armazéns alfandegários e D. João III faz a primeira nomeação de contador geral e guarda-livros, e deixa os armazéns sob responsabilidade de Gaspar Lamego, o então primeiro Contador Geral em Terras do Brasil.

Quando Dom José, rei de Portugal, expede Carta de Lei [3] a todos os domínios lusitanos (1770), surge a primeira regulamentação contábil no país, onde fica estabelecido que era necessário a matrícula de todos os

guarda-livros na Junta Comercial, o profissional que não fosse matriculado ficaria inapto a obter empregos públicos e impedido de realizar escriturações, contas ou laudos

No ano de 1870 ocorre a primeira regulamentação contábil em território brasileiro, através do Decreto Imperial 4.475 [10], que reconhece oficialmente a Associação dos Guarda-Livros da Corte. O que representa um marco importante, dessa forma caracteriza o guarda-livros como a primeira profissão liberal regulamentada no país.

O registro da primeira escola de Contabilidade no Brasil é da Escola de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1905, reconhecida pelo Decreto 1.339 de 9 de janeiro de 1905 [14], que intitulou ao aluno concluinte o diploma de Guarda-Livros e Perito Judicial. O nome “guarda-livros” era dado pois a principal função era escriturar e manter os livros das empresas comerciais em ordem, e lembrá-las de pagar os impostos.

Somente com o Decreto-Lei nº 8.191, de 20 de novembro de 1945 [12], que é estabelecido então que a denominação Guarda-Livros passaria a ser chamada de Técnico em Contabilidade. No entanto, o termo Guarda-Livros ainda era utilizado para os que já eram formados na área, e só então, com a Lei nº 3.384/58 [21], que os habilitados como guarda-livros passam a integrar a categoria profissional de Técnicos em Contabilidade.

Entretanto, o desenvolvimento da profissão passou a ter uma evolução razoável com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 1946 [13], o qual também definiu o perfil do contabilista (condição mais genérica da profissão), que definiu como contadores aqueles graduados em cursos universitários de Ciências Contábeis; como técnicos em contabilidade aqueles provenientes das primeiras escolas técnicas comerciais; e como guarda livros quem, apesar de não apresentar escolaridade formal em contabilidade, exercia atividades de escrituração contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu a primeira versão do Exame de Suficiência Contábil através da Resolução CFC nº 853/1999 [27], com a primeira edição ocorrendo em 2000. O objetivo do exame era fiscalizar preventivamente o exercício profissional. No entanto, o exame enfrentou críticas devido à falta de prerrogativa legal do CFC para sua implementação, o que levou a questionamentos judiciais. Como resultado, a exigência do exame para registro no Sistema CRC/CFC foi interrompida após dez edições, ocorridas entre 2000 e 2004. Durante esse período, 150.314 candidatos participaram do exame, com um índice de aprovação de aproximadamente um terço [7]. Em 2010, a Lei Federal 12.249 [23] restabeleceu a exigência do exame como condição para a obtenção do registro profissional no conselho de classe.

O sistema CFC/CRCs tem incentivado a melhoria da qualidade profissional, tanto com a aplicação do exame de suficiência, garantindo mais confiança no profissional, tanto com o programa de educação continuada.

Com a Resolução CFC 1.645/2021 [28], o técnico em contabilidade não possui mais o direito de ter seu registro profissional. Apenas contadores, ou seja, profissionais de nível superior é que possuem o direito ao registro. Somente pode fazer o registro na categoria de Técnico em Contabilidade os que concluíram o curso técnico até 14 de junho de 2010. A extinção do registro para o técnico teve como objetivo focar na formação acadêmica específica de nível superior para a contabilidade e valorizar a profissão em nível superior.

V. Sistema CFC/CRC

O Sistema CFC/CRC, estrutura organizacional que rege a profissão contábil no Brasil, é um sistema de órgãos para a valorização dos profissionais da contabilidade. Composto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), esse sistema tem como objetivo principal regulamentar, monitorar e desenvolver a profissão contábil no país.

Conforme afirma o CFC [8], “o Sistema CFC/CRC tem a missão de promover a valorização dos profissionais contábeis garantindo a qualidade e a transparência das informações contábeis”. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), originado em 1946, foi criado para regulamentar e fiscalizar o exercício da profissão contábil no Brasil.

A subsequente criação dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) reforçou ainda mais o alcance regional do sistema. “Desde a sua criação, o CFC desempenha um papel crucial no fortalecimento da profissão contábil no Brasil, adaptando-se às mudanças econômicas e sociais ao longo do tempo” [8].

A estrutura do Sistema CFC/CRC é composta pelo CFC, com atuação nacional, e pelos CRCs, que atuam em diversas regiões do país. O CFC é responsável pela emissão de normas, diretrizes e regulamentos, enquanto os CRCs implementam essas normas e supervisionam o exercício da profissão em seus respectivos estados. “O funcionamento do Sistema CFC/CRC baseia-se numa estrutura hierárquica e descentralizada, garantindo uma atuação abrangente e eficaz em todo o território nacional” [9].

O Sistema CFC/CRC estabelece princípios éticos e padrões profissionais rigorosos para orientar a conduta dos contadores. Esses princípios incluem integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional. “Os princípios éticos e os padrões profissionais são fundamentais para garantir a confiança do público na profissão contábil e a qualidade das informações fornecidas pelos contadores” [8].

Segundo Mohamed e Lashine [25] é importante pontuar que a forma de atuação do profissional contábil tem sido alterada nos últimos tempos e que para os profissionais que estão empenhados em sobreviver no mercado global, devem desenvolver constantemente suas competências e adquirir novas habilidades e conhecimentos. O Sistema CFC/CRC desempenha um papel essencial no desenvolvimento e valorização da contabilidade no Brasil. Garante que os contabilistas cumpram os requisitos legais e éticos, promovendo a transparência e a confiança na informação contábil. “As atividades do CFC/CRC são vitais para a credibilidade da profissão contábil, protegendo o interesse público e contribuindo para a estabilidade e o desenvolvimento econômico” [8].

VI. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo segue a classificação proposta por Kruger [19], caracterizando-se como uma pesquisa exploratório-descritiva. Esse tipo de pesquisa é apropriado para investigar e descrever o perfil dos profissionais da contabilidade registrados junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) no Brasil, proporcionando uma compreensão detalhada e abrangente do tema em questão.

A abordagem utilizada é mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Essa abordagem quali-quantitativa permite uma análise mais completa, integrando dados numéricos com interpretações mais profundas sobre os fenômenos observados. A utilização de ambas as abordagens garante que o estudo não apenas quantifique o perfil dos profissionais da contabilidade, mas também explore os significados e implicações desses dados.

A natureza da pesquisa é aplicada, visando gerar conhecimento que possa ser utilizado na prática para aprimorar a gestão e a formação dos profissionais da contabilidade no Brasil. Este estudo teve o intuito de fornecer informações úteis tanto para os Conselhos Regionais de Contabilidade quanto para instituições de ensino e formuladores de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento da profissão contábil no país.

As estratégias de pesquisa adotadas incluem a pesquisa documental e o levantamento (*survey*) de dados secundários. A pesquisa documental envolve a análise de relatórios e documentos oficiais dos CRCs, enquanto o levantamento de dados secundários consiste na coleta de informações já disponíveis em bases de dados públicas e relatórios institucionais. Essas estratégias permitem uma coleta de dados abrangente e detalhada, essencial para a análise proposta.

A população deste estudo é composta por todos os profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil. Isso inclui tanto contadores quanto técnicos em contabilidade, distribuídos por todas as regiões do país. A escolha dessa população garante que o estudo abranja a totalidade dos profissionais da contabilidade, proporcionando uma visão completa e representativa do cenário contábil brasileiro.

A amostra, por sua vez, inclui todos os profissionais com registro ativo nos CRCs. A inclusão de todos os profissionais registrados permite uma análise exaustiva e precisa, eliminando possíveis vieses de amostragem e garantindo que as conclusões do estudo sejam generalizáveis para toda a população de profissionais da contabilidade no Brasil.

O instrumento de coleta de dados utilizado é a pesquisa documental através da confecção de uma matriz de dados. Esta pesquisa foi conduzida a partir de relatórios dos CRCs, que especificam o tipo de profissional (contador ou técnico), gênero, região de atuação e tipos de organização empresarial contábil. A análise desses documentos permitiu a coleta de dados detalhados e confiáveis sobre o perfil dos profissionais da contabilidade.

Para o tratamento dos dados, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo e estatística descritiva básica. A análise de conteúdo, conforme Bardin [2], é aplicada aos relatórios para identificar padrões e temas relevantes. A estatística descritiva, por sua vez, é utilizada para apresentar os dados de forma clara e acessível, por meio de gráficos, tabelas e quadros, facilitando a interpretação e a comunicação dos resultados.

A análise de conteúdo permite uma compreensão qualitativa dos dados, identificando tendências e padrões que possam não ser imediatamente evidentes na análise quantitativa. Já a estatística descritiva fornece uma visão quantitativa, permitindo a identificação de distribuições e proporções entre os diferentes grupos de profissionais da contabilidade em um recorte transversal.

Por fim, a combinação dessas técnicas de tratamento de dados garante uma análise robusta e abrangente, capaz de fornecer *insights* valiosos sobre o perfil dos profissionais da contabilidade no Brasil. A integração de métodos qualitativos e quantitativos permite uma compreensão mais completa e aprofundada do tema, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes para a gestão e a formação desses profissionais.

VII. Análise E Discussão Dos Resultados

A partir daqui passam-se a ser analisados os resultados considerando a categoria profissional, o gênero, a região e os tipos de organização empresarial contábil. Por fim, foi conduzida uma análise SWOT no intuito de perceber as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que permeiam a profissão contábil.

Tabela de Análise por Categrial Profissional

No Brasil, a soma total de profissionais contábeis (contadores e técnicos) é de 528.065, sendo 382.863 contadores e 145.202 técnicos. A distribuição percentual desses profissionais por estado varia significativamente, refletindo diferenças econômicas e populacionais entre as regiões.

Tabela 1: Análise por Categoria.

CONTADORES		TÉCNICOS	TOTAL	
Estado	SubTotal	SubTotal	Total	% Brasil
DF	10.531	3.416	13.947	2,6412
GO	10.125	3.301	13.426	2,5425
MS	5.366	2.099	7.465	1,4137
MT	8.103	1.507	9.610	1,8199
AL	3.156	951	4.107	0,7777
BA	16.389	6.147	22.536	4,2677
CE	9.721	3.667	13.388	2,5353
MA	5.795	1.908	7.703	1,4587
PB	4.941	1.505	6.446	1,2207
PE	10.732	5.236	15.968	3,0239
PI	4.919	1.016	5.935	1,1239
RN	5.630	988	6.618	1,2533
SE	2.707	929	3.636	0,6886
AC	1.056	262	1.318	0,2496
AM	5.563	1.575	7.138	1,3517
AP	1.363	338	1.701	0,3221
PA	10.664	1.874	12.538	2,3743
RO	3.523	852	4.375	0,8285
RR	1.024	172	1.196	0,2265
TO	2.812	508	3.320	0,6287
ES	8.151	2.233	10.384	1,9664
MG	35.427	17.637	53.064	10,0488
RJ	38.126	16.014	54.140	10,2525
SP	105.319	47.963	153.282	29,0271
PR	27.381	7.279	34.660	6,5636
RS	25.850	12.021	37.871	7,1717
SC	18.489	3.804	22.293	4,2216
BRASIL	382.863	145.202	528.065	100

A tabela acima mostra a distribuição de Contadores e Técnicos em cada estado do Brasil. Em primeira análise, é notório que alguns estados como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), e Bahia (BA) detêm da grande maioria de profissionais, com números significativos, por outro lado, estados como Acre (AC), Roraima (RR) e Amapá (AP) possuem menos representatividade, com números significativamente mais baixos. Em uma análise mais aprofundada, vemos que o estado de São Paulo (SP) possui o maior número de Contadores e Técnicos, que somados são 153.282 profissionais, tal característica se deve ao fato de que ele é o estado mais populoso do Brasil e isso impacta diretamente na concentração de atividades econômicas e empresariais, acarretando assim, na necessidade de mais profissionais contábeis. Em relação ao estado do Amazonas (AM), a quantidade é baixa, com 7.138 profissionais regulamentados, representando 1,35% do total do país.

A distribuição desses profissionais reflete não apenas a atividade econômica de cada estado, mas também suas necessidades administrativas e de regulamentação contábil. Estados com mais contadores e técnicos geralmente têm uma infraestrutura econômica mais desenvolvida e uma base empresarial maior. Em contrapartida, os estados com menores números podem enfrentar dificuldades na gestão contábil e financeira e demandar mão de obra de outros estados para suprir suas necessidades internas.

Tabela de Análise por Gênero

A tabela abaixo apresenta uma divisão mais detalhada dos profissionais contábeis, trazendo informações acerca da distribuição por gênero em cada estado do Brasil.

Tabela 2: Análise por Gênero

Estado	CONTADORES			TÉCNICOS			TOTAL
	Masculino	Feminino	SubTotal	Masculino	Feminino	SubTotal	
DF	6.224	4.307	10.531	2.217	1.199	3.416	13.947
GO	6.108	4.017	10.125	2.383	918	3.301	13.426
MS	2.805	2.561	5.366	1.362	737	2.099	7.465
MT	4.179	3.924	8.103	1.121	386	1.507	9.610
AL	1.772	1.384	3.156	673	278	951	4.107
BA	9.259	7.130	16.389	4.214	1.933	6.147	22.536

CE	5.434	4.287	9.721	2.350	1.317	3.667	13.388
MA	3.356	2.439	5.795	1.300	608	1.908	7.703
PB	2.747	2.194	4.941	933	572	1.505	6.446
PE	5.767	4.965	10.732	3.031	2.205	5.236	15.968
PI	2.730	2.189	4.919	644	372	1.016	5.935
RN	2.928	2.702	5.630	651	337	988	6.618
SE	1.431	1.276	2.707	616	313	929	3.636
AC	539	517	1.056	178	84	262	1.318
AM	2.463	3.100	5.563	964	611	1.575	7.138
AP	719	644	1.363	236	102	338	1.701
PA	5.065	5.599	10.664	1.169	705	1.874	12.538
RO	1.824	1.699	3.523	584	268	852	4.375
RR	490	534	1.024	109	63	172	1.196
TO	1.551	1.261	2.812	347	161	508	3.320
ES	4.107	4.044	8.151	1.337	896	2.233	10.384
MG	17.512	17.915	35.427	10.984	6.653	17.637	53.064
RJ	20.629	17.497	38.126	10.011	6.003	16.014	54.140
SP	56.992	48.327	105.319	31.119	16.844	47.963	153.282
PR	15.677	11.704	27.381	5.229	2.050	7.279	34.660
RS	12.369	13.481	25.850	6.752	5.269	12.021	37.871
SC	9.474	9.015	18.489	2.756	1.048	3.804	22.293
BRASIL	204.151	178.712	382.863	93.270	51.932	145.202	528.065

O Brasil possui um total de 297.421 profissionais contábeis do gênero masculino e 230.644 profissionais contábeis do gênero feminino, representando em percentuais 56,32% e 43,68% do total do país, revelando uma predominância masculina entre os contadores e técnicos contábeis no Brasil, embora a diferença entre homens e mulheres seja menor entre os contadores do que entre os técnicos. São Paulo (SP) é o estado com o maior número de profissionais tanto masculinos (105.319), quanto femininos (47.963), uma vez que é o estado mais populoso do Brasil, acarretando a necessidade de mais profissionais da área. Outros estados como Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG) também tem números significativos de contadores e técnicos. De uma visão geral, a tabela mostra uma predominância entre os profissionais contábeis do gênero masculino, ainda que a diferença varie significativamente de estado para estado. Tal disparidade de gênero na profissão pode refletir desafios e oportunidades no quesito de igualdade de gênero no mercado de trabalho.

Tabela de Análise por Região

A tabela representa a análise da distribuição regional dos profissionais contábeis, juntamente com seus totais e percentuais relativos ao território nacional. Regiões economicamente mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, apresentam uma maior concentração de profissionais contábeis.

Tabela 3: Análise por Região

CONTADORES		TÉCNICOS		TOTAL	
Estado	SubTotal	SubTotal	Total	% Brasil	
Centro Oeste					
DF	10.531	3.416	13.947	2,6412	
GO	10.125	3.301	13.426	2,5425	
MS	5.366	2.099	7.465	1,4137	
MT	8.103	1.507	9.610	1,8199	
TOTAL	34.125	10.323	44.448	8,4171	
Nordeste					
AL	3.156	951	4.107	0,7777	
BA	16.389	6.147	22.536	4,2677	
CE	9.721	3.667	13.388	2,5353	
MA	5.795	1.908	7.703	1,4587	
PB	4.941	1.505	6.446	1,2207	
PE	10.732	5.236	15.968	3,0239	
PI	4.919	1.016	5.935	1,1239	
RN	5.630	988	6.618	1,2533	
SE	2.707	929	3.636	0,6886	
TOTAL	63.990	22.347	86.337	16,3497	
Norte					
AC	1.056	262	1.318	0,2496	
AM	5.563	1.575	7.138	1,3517	
AP	1.363	338	1.701	0,3221	
PA	10.664	1.874	12.538	2,3743	
RO	3.523	852	4.375	0,8285	

RR	1.024	172	1.196	0,2265
TO	2.812	508	3.320	0,6287
TOTAL	26.005	5.581	31.586	5,9815
Sudeste				
ES	8.151	2.233	10.384	1,9664
MG	35.427	17.637	53.064	10,0488
RJ	38.126	16.014	54.140	10,2525
SP	105.319	47.963	153.282	29,0271
TOTAL	187.023	83.847	270.870	51,2948
Sul				
PR	27.381	7.279	34.660	6,5636
RS	25.850	12.021	37.871	7,1717
SC	18.489	3.804	22.293	4,2216
TOTAL	71.720	23.104	94.824	17,9569
BRASIL	382.863	145.202	528.065	100

Em especial na região Norte, detentora de 31.586 profissionais contábeis, representa 5,98% do total do país, destaque para os estados Amazonas (AM) e Pará (PA) com o maior número da região, representando 7.138 e 12.538, respectivamente. Na região Sudeste totalizam 270.870 profissionais, que corresponde a 51,29% do país, o estado de São Paulo com a predominância desse total, contribuindo com 29,03%. De forma geral, é perceptível a desigualdade dessa distribuição regional, com os estados mais populosos e economicamente desenvolvidos detentores da maior proporção, isso reflete-se nas diferenças econômicas entre as regiões do Brasil; regiões como Sudeste e Sul, por exemplo, possuem maior desenvolvimento econômico social, com a grande presença de multinacionais e empresas, o crescimento de contadores e técnicos é explicado e compreensível. Vale lembrar, também, que a presença do Distrito Industrial na região Norte, mais especificamente no estado do Amazonas (AM), colabora significativamente para o resultado da análise do Norte, visto que todas as empresas instaladas necessitam de contadores, acarretando novas oportunidades no mercado de trabalho.

Tabela de Análise por Organização Empresarial

A tabela apresenta como estão organizados a distribuição dos profissionais contábeis em relação aos tipos de denominações empresariais.

Tabela 5: Análise por Organização Empresarial

UF	PROFISSIONAIS			ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS				TOTAL	
	Cont.	Téc.	Total	Sociedade	Empresário	MEI	SLU	Total	% Brasil
AC	1.056	262	1.318	62	95	7	43	207	0,22
AL	3.156	951	4.107	218	259	16	191	684	0,74
AM	5.563	1.575	7.138	219	356	38	97	710	0,76
AP	1.363	338	1.701	30	44	21	16	111	0,12
BA	16.389	6.147	22.536	1.388	1.392	220	881	3.881	4,18
CE	9.721	3.667	13.388	924	1.136	209	587	2.856	3,08
DF	10.531	3.416	13.947	1.044	648	45	921	2.658	2,86
ES	8.151	2.233	10.384	808	550	16	577	1.951	2,1
GO	10.125	3.301	13.426	934	867	158	1.133	3.092	3,33
MA	5.795	1.908	7.703	326	548	13	330	1.217	1,31
MG	35.427	17.637	53.064	4.268	2.474	239	3.701	10.682	11,51
MS	5.366	2.099	7.465	462	523	87	453	1.525	1,64
MT	8.103	1.507	9.610	569	759	77	570	1.975	2,13
PA	10.664	1.874	12.538	322	417	46	347	1.132	1,22
PB	4.941	1.505	6.446	340	404	117	285	1.146	1,23
PE	10.732	5.236	15.968	863	758	87	646	2.354	2,54
PI	4.919	1.016	5.935	236	432	30	172	870	0,94
PR	27.381	7.279	34.660	3.120	1.960	3	2.204	7.287	7,85
RJ	38.126	16.014	54.140	3.649	1.181	128	2.359	7.317	7,88
RN	5.630	988	6.618	310	328	10	230	878	0,95
RO	3.523	852	4.375	218	276	8	222	724	0,78
RR	1.024	172	1.196	53	94	12	27	186	0,2
RS	25.850	12.021	37.871	2.776	1.745	110	1.415	6.046	6,51
SC	18.489	3.804	22.293	2.398	1.106	42	1.800	5.346	5,76
SE	2.707	929	3.636	194	219	27	164	604	0,65
SP	105.319	47.963	153.282	11.181	6.332	1.307	7.841	26.661	28,72
TO	2.812	508	3.320	203	269	10	261	743	0,8
BRASIL	382.863	145.202	528.065	37.115	25.172	3.083	27.473	92.843	100

Vê-se que a organização no modelo sociedade detém do maior número de adesões, seguido da Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) com 37.115 e 27.743 organizações respectivamente. O estado de São Paulo (SP) contribui com a maior parte, 26.661 no total, equivalente a 28,72% do país. O estado do Amazonas (AM) detém de um quantitativo extremamente baixo se comparado com São Paulo (SP) e relativamente na média se comparado com outros estados.

O estado do Amazonas (AM), localizado na região Norte do Brasil, é conhecido por sua vasta floresta tropical e pela importância da Zona Franca de Manaus como um polo industrial e econômico. A presença de 7.138 profissionais contábeis no Amazonas, composta por 5.563 contadores e 1.575 técnicos, reflete a necessidade de suporte contábil para as atividades econômicas e empresariais na região. A distribuição das organizações empresariais no Amazonas é variada, com diferentes tipos de estruturas jurídicas presentes, e modesta, com 0,76% das organizações empresariais do país e 1,35% dos profissionais contábeis. Isso reflete tanto as limitações econômicas e populacionais do estado quanto as oportunidades de crescimento e desenvolvimento no setor contábil e empresarial. O enquadramento é muito importante, uma vez que cada um deles possui diferentes tipos de tributação, logo, fazer análises e levantamentos acerca do planejamento tributário da sua organização contábil é estritamente necessário para o empresário contador decidir em qual enquadramento ingressar.

Análise SWOT

A análise SWOT é uma ferramenta estratégica que avalia as Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) de uma organização ou profissão. No contexto dos profissionais da contabilidade, a análise SWOT é crucial para entender o perfil desses profissionais, pois permite identificar competências e habilidades (forças), áreas que necessitam de desenvolvimento (fraquezas), oportunidades de crescimento e especialização no mercado (oportunidades), além de desafios e riscos externos que podem impactar a profissão (ameaças). Ao realizar essa análise, é possível traçar estratégias para a formação, capacitação e posicionamento dos contadores, garantindo que estejam preparados para enfrentar as demandas do mercado e contribuam efetivamente para o sucesso das organizações onde atuam.

Quadro 1: Análise SWOT

<p>Forças (Fatores Internos)</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação majoritária de mulheres como profissionais da contabilidade na Região Norte. Com 528.065 profissionais contábeis (382.863 contadores e 145.202 técnicos), o Brasil possui uma força de trabalho contábil robusta, capaz de atender às demandas de diversos tipos de organizações empresariais. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram uma grande quantidade de profissionais e organizações empresariais, refletindo a infraestrutura desenvolvida e o ambiente propício para negócios. 	<p>Fraquezas (Fatores Internos)</p> <ul style="list-style-type: none"> A distribuição desigual de profissionais e organizações empresariais entre as regiões, com uma concentração significativa no Sudeste, evidencia a necessidade de maior desenvolvimento econômico e capacitação profissional em outras regiões. Estados como Roraima, Acre e Amapá apresentam baixa representatividade em termos de profissionais contábeis e organizações empresariais, o que pode limitar o desenvolvimento econômico local. Em algumas regiões, pode haver uma carência de programas de capacitação e desenvolvimento.
<p>Oportunidades (Fatores Externos)</p> <ul style="list-style-type: none"> Investir em programas de capacitação e desenvolvimento profissional em regiões com menor concentração de profissionais contábeis pode melhorar a qualidade dos serviços e promover o desenvolvimento econômico local. Flexibilizar o Exame de Suficiência e estimular a participação durante a graduação, mediante instruções e aulas específicas, para maior aprovação. A adoção de novas tecnologias na contabilidade, como automação e inteligência artificial, pode aumentar a eficiência e a precisão dos serviços contábeis. 	<p>Ameaças (Fatores Externos)</p> <ul style="list-style-type: none"> Alterações frequentes na legislação contábil e fiscal podem criar desafios para os profissionais contábeis, exigindo constante atualização e adaptação. Flutuações econômicas e crises financeiras podem impactar negativamente a demanda por serviços contábeis e o número de novas empresas. A falta de acesso a tecnologias avançadas em algumas regiões pode limitar a eficiência e a competitividade dos profissionais contábeis locais. Práticas desleais de concorrência.

A força do ambiente contábil e empresarial no Brasil reside na grande quantidade de profissionais qualificados, com 528.065 profissionais contábeis, dos quais 382.863 são contadores e 145.202 são técnicos. Essa robusta força de trabalho é crucial para atender às variadas demandas das organizações empresariais. Além disso, a diversidade de estruturas empresariais, com 92.843 organizações, incluindo sociedades, empresários individuais, MEIs e SLUs, demonstra a flexibilidade e a capacidade de adaptação às necessidades dos diferentes negócios. A concentração significativa de profissionais e empresas em centros econômicos como São Paulo, Rio de Janeiro e

Minas Gerais reflete a infraestrutura desenvolvida e o ambiente favorável para negócios nessas regiões. A inclusão de 3.083 MEIs destaca-se como um ponto positivo, promovendo a formalização de pequenos empreendedores e contribuindo para a geração de emprego e renda.

No entanto, a distribuição desigual de profissionais e organizações empresariais entre as regiões representa uma fraqueza significativa. A concentração no Sudeste evidencia a necessidade de maior desenvolvimento econômico e capacitação profissional em outras regiões do país. Estados como Roraima, Acre e Amapá apresentam baixa representatividade, o que limita o desenvolvimento econômico local. Além disso, a falta de incentivos para programas contínuos de capacitação em algumas regiões pode impactar negativamente a qualidade dos serviços contábeis oferecidos, dificultando o crescimento e a competitividade das empresas nesses locais.

Entre as oportunidades identificadas, destaca-se a expansão de programas de capacitação e desenvolvimento profissional, especialmente em regiões com menor concentração de profissionais contábeis. Isso pode melhorar a qualidade dos serviços e promover o desenvolvimento econômico local. O apoio ao empreendedorismo, com iniciativas para MEIs e pequenas empresas, pode aumentar a formalização de negócios e fomentar o crescimento econômico. O desenvolvimento tecnológico, através da adoção de novas tecnologias como automação e inteligência artificial na contabilidade, pode aumentar a eficiência e a precisão dos serviços contábeis. Além disso, a implementação de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento econômico nas regiões Norte e Nordeste pode contribuir para equilibrar a distribuição de profissionais e organizações empresariais no país.

O ambiente contábil e empresarial no Brasil enfrenta várias ameaças. A instabilidade econômica e crises financeiras podem impactar negativamente a demanda por serviços contábeis e o número de novas empresas. A concorrência desleal, resultante de práticas contábeis informais ou não regulamentadas, pode prejudicar a qualidade dos serviços e a confiança no mercado. Mudanças frequentes na legislação contábil e fiscal representam um desafio constante para os profissionais, exigindo atualização e adaptação contínuas. Além disso, a desigualdade no acesso às tecnologias avançadas em algumas regiões pode limitar a eficiência e a competitividade dos profissionais contábeis locais, exacerbando as disparidades regionais.

A análise revelou a distribuição dos profissionais de contabilidade no Brasil, destacando disparidades regionais e suas contribuições econômicas. A aplicação da análise SWOT identificou fatores cruciais, proporcionando uma compreensão detalhada do perfil dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

VIII. Conclusão

O estudo da distribuição de profissionais contábeis e organizações empresariais no Brasil revelou um panorama detalhado das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que caracterizam o ambiente contábil e empresarial do país. A concentração significativa de profissionais em centros econômicos como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais destaca a robustez e a capacidade desses estados em sustentar uma infraestrutura empresarial desenvolvida. No entanto, a análise também evidenciou a desigualdade regional, com estados como Roraima, Acre e Amapá apresentando baixa representatividade tanto de profissionais quanto de organizações empresariais. Essa disparidade aponta para a necessidade de políticas direcionadas que incentivem o desenvolvimento econômico e a capacitação profissional nas regiões menos representadas.

A contribuição teórica deste estudo reside na compreensão aprofundada da distribuição geográfica e estrutural dos profissionais contábeis e das organizações empresariais no Brasil. Isso fornece uma base sólida para futuras pesquisas sobre como essas distribuições afetam o desempenho econômico regional e a qualidade dos serviços contábeis. Do ponto de vista prático, os resultados destacam a importância de investir em programas de capacitação e em políticas públicas que incentivem o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, especialmente em regiões com menor concentração de profissionais. Essas ações são essenciais para melhorar a qualidade dos serviços contábeis e promover um ambiente de negócios mais equilibrado e dinâmico em todo o país.

Apesar das contribuições significativas, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A análise baseou-se em dados disponíveis que podem não capturar todas as nuances do ambiente contábil e empresarial, especialmente em áreas menos desenvolvidas. Além disso, a pesquisa não abordou detalhadamente o impacto das mudanças regulatórias recentes no setor contábil. Para futuras investigações, seria benéfico explorar o impacto das tecnologias emergentes na contabilidade e como elas podem ser integradas para aumentar a eficiência e a competitividade dos profissionais contábeis em todo o Brasil. Estudos longitudinais que acompanhem as mudanças na distribuição de profissionais e organizações ao longo do tempo também seriam valiosos para entender as tendências de desenvolvimento e os efeitos das políticas implementadas.

Referências

- [1]. Alvará De 15 De Julho De 1809. Estabelece Contribuições Para As Despesas Da Real Junta De Commercio, Agricultura, Fabricas E Navegação. Recuperado De https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/Alv/1809/Alv-15-7-1809.Htm.
- [2]. Bardin, L. (2016). Análise De Conteúdo. São Paulo: Edições 70.

- [3]. Carta De Lei De 4 De Dezembro De 1810. Crea Uma Academia Real Militar Na Côte E Cidade Do Rio De Janeiro. Recuperado De <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>.
- [4]. Coelho, C. U. F. (2000). O Técnico Em Contabilidade E O Mercado De Trabalho: Contexto Histórico, Situação Atual E Perspectivas. *Boletim Técnico Do Senac*, 26(3).
- [5]. Comitê De Pronunciamentos Contábeis N° 04. Ativo Intangível. Recuperado De <https://www.cpc.org.br/cpc/documentos-emitidos/pronunciamentos/pronunciamento?Id=35>.
- [6]. Comitê De Pronunciamentos Contábeis N° 30. Receitas. Recuperado De <https://www.cpc.org.br/cpc/documentos-emitidos/pronunciamentos/pronunciamento?Id=61>.
- [7]. Conselho Federal De Contabilidade. (2007). *Caderno Analítico Do Exame De Suficiência: Histórico Dos Resultados*. Brasília: Cfc.
- [8]. Conselho Federal De Contabilidade. (2018). *Código De Ética Profissional Do Contador*. Brasília: Cfc.
- [9]. Conselho Federal De Contabilidade. (2018). *Manual Do Sistema Cfc/Crc*. Brasília: Cfc.
- [10]. Decreto Imperial N° 4.475, De 18 De Fevereiro De 1870. Aprova Os Estatutos Da Associação Dos Guarda-Livros Estabelecida. Recuperado De <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4475-18-fevereiro-1870-552838-norma-pe.html#:~:Text=Ementa%3a%20aprova%20os%20estatutos%20da%20associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20guarda%2dlivros%20estabelecida>.
- [11]. Decreto De 11 De Março De 1808. Nomeia Os Ministros E Secretarias De Estado. Recuperado De https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim-11-3-1808.htm.
- [12]. Decreto-Lei N° 9.295, De 27 De Novembro De 1945. Disposições Relativas Ao Curso Comercial Básico E A Seus Atuais Alunos Da Terceira E Quarta Séries. Recuperado De <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:Text=Decreta%3a,por%20lei%20a%20c%3Aaste%20c%3Aadulo>.
- [13]. Decreto-Lei N° 9.295, De 27 De Maio De 1946. Cria O Conselho Federal De Contabilidade, Define As Atribuições Do Contador E Do Guarda-Livros, E Dá Outras Providências. Recuperado De <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9295-27-maio-1946-417535-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- [14]. Decreto N° 1.339, De 9 De Janeiro De 1905. Declara Instituição De Utilidade Pública A Academia De Comercio Do Rio De Janeiro, Reconhece Os Diplomas Por Ela Conferidos, Como De Caráter Oficial; E Dá Outras Providências. Recuperado De <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html#:~:Text=Declara%20institui%C3%A7%C3%A3o%20de%20utilidade%20publica,Official%3b%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias>.
- [15]. Deloitte. (2019). *Ifrs: Normas Internacionais De Contabilidade*. Deloitte: São Paulo.
- [16]. Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. V. (1999). *Teoria Da Contabilidade (7. Ed.)*. São Paulo: Atlas.
- [17]. Horngren, C. T., Sundem, G. L., Elliott, J. A., & Philbrick, D. (2010). *Contabilidade Gerencial (12. Ed.)*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- [18]. Iudícibus, S. (2010). *Teoria Da Contabilidade (10. Ed.)*. São Paulo: Atlas.
- [19]. Kruger, J. M. (2023). *Metodologia Da Pesquisa Em Administração: Em Linguagem Descomplicada*. Curitiba: Editora Bagai.
- [20]. Lei N° 556, De 25 De Junho De 1850. Código Comercial. Recuperado De https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim556.htm.
- [21]. Lei N° 3.384, De 28 De Abril De 1958. Dá Nova Redação À Profissão De Guarda-Livros. Recuperado De <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3384-28-abril-1958-354682-norma-pl.html#:~:Text=Ementa%3a%20d%C3%A1%20nova%20reda%C3%A7%C3%A3o%20c%3A0%20profiss%C3%A3o%20de%20guarda%2dlivros>.
- [22]. Lei N° 11.638, De 28 De Dezembro De 2007. Altera E Revoga Dispositivos Da Lei N° 6.404, De 15 De Dezembro De 1976, E Da Lei N° 6.385, De 7 De Dezembro De 1976, E Estende Às Sociedades De Grande Porte Disposições Relativas À Elaboração E Divulgação De Demonstrações Financeiras. Recuperado De https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11638.htm.
- [23]. Lei N° 12.249, De 11 De Junho De 2010. Institui O Regime Especial De Incentivos Para O Desenvolvimento De Infraestrutura [...] E Dá Outras Providências. Recuperado De https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12249.htm.
- [24]. Marion, J. C. (2014). *Contabilidade Básica (10. Ed.)*. São Paulo: Atlas.
- [25]. Mohamed, E., & Lashine, S. (2003). Accounting Knowledge And Skills And The Challenges Of A Global Business Environment. *Managerial Finance*, 29(7), 60-75.
- [26]. Reis, A. De J., & Da Silva, S. L. (2008). A História Da Contabilidade No Brasil. *Seminário Estudantil De Produção Acadêmica*, 11(1).
- [27]. Resolução Cfc N° 853, De 28 De Julho De 1999. Institui O Exame De Suficiência Como Requisito Para Obtenção De Registro Profissional Em Crc. Recuperado De <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?Id=96612#:~:Text=Institui%20o%20exame%20de%20sufici%C3%Aancia,De%20registro%20profissional%20em%20crc.&Text=I%20%2d%20institui%C3%87%C3%83o%20,Art.,Em%20conselho%20regional%20de%20contabilidade>.
- [28]. Resolução Cfc N° 1.645, De 17 De Dezembro De 2021. Dispõe Sobre O Registro Profissional Dos Técnicos Em Contabilidade. Recuperado De <https://cfc.org.br/noticias/cfc-publica-resolucao-voltada-para-tecnicos-em-contabilidade/>
- [29]. Sá, A. L. De. (2008). *História Geral Da Contabilidade No Brasil (1. Ed.)*. Brasília: Conselho Federal De Contabilidade.
- [30]. Silva, M. S., & De Assis, F. A. (2015). A História Da Contabilidade No Brasil. *Negócios Em Projeção*, 6(2), 35-44.
- [31]. Silva, P. B., & Silva, C. A. T. (2018). Adoção Das Partidas Dobradas No Setor Público No Brasil – Evidências Históricas. In 4th Unb Conference On Accounting And Governance & 1° Congresso Unb De Iniciação Científica. Cegunb.
- [32]. Warren, C. S., Reeve, J. M., & Duchac, J. (2016). *Contabilidade: Uma Abordagem Gerencial (14. Ed.)*. São Paulo: Cengage Learning.